

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS EFEITOS NOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE MACEIÓ

Adriana Jeronimo da Silva Araújo; Carolina Nozella Gama

Universidade Federal de Alagoas: adriljeronimo@yahoo.com.br; carolina.gama@cedu.ufal.br

Resumo: Este trabalho objetivou analisar de que maneira estão ocorrendo as avaliações externas em uma escola Estadual do município de Maceió, e como estas tem influenciado as práticas educacionais na sala de aula. Sendo a escola um ambiente propício para o desenvolvimento dos sujeitos fez-se necessário discutir, debater e problematizar como as avaliações externas tem interferido na organização do trabalho pedagógico e no currículo da escola a partir de testes padronizados. O estudo realizado permitiu observarmos que avaliações externas têm se configurado em um campo de conhecimentos especializados, saberes específicos, procedimentos e concepções de educação que incidem sobre a organização da escola, precarizando a formação ofertada através do rebaixamento e fragmentação do currículo escolar. Diante desse cenário educacional, os processos de avaliação da aprendizagem, que deveriam levantar informações sobre as aprendizagens dos estudantes a fim de contribuir com sua qualificação, vão desempenhando um papel no sentido inverso, avançando na desqualificação. Isso porque, os conhecimentos que deveriam estar na construção do desenvolvimento do sujeito estão sendo negados em benefício de uma avaliação medida. Nesse sentido, pode-se afirmar que há características de rebaixamento do ensino, isto é, uma precarização dos conhecimentos que deveriam ser apropriados nos anos iniciais do ensino fundamental, uma divisão do saber. Percebe-se, por meio dessa perspectiva educacional meritocrática, que sobrepõe o êxito nas avaliações externas ao desenvolvimento dos sujeitos, um esvaziamento do ensino, que tem sido pautado em uma educação fragmentada, seletiva, mecanizada, e sem uma reflexão profunda e crítica acerca da problemática por parte da gestão da escola e dos professores. O que implica em uma educação rebaixada, empobrecida, restrita, cujo objetivo visa alcançar metas, como o Índice de Desenvolvimento da Escola Básica, o que responde ao empresariado da educação. Como contraponto a esta perspectiva, faz-se necessário batalharmos por uma avaliação formativa, contínua e processual, uma educação pautada no desenvolvimento dos sujeitos. Uma avaliação, que conduza o professor a diagnosticar as dificuldades e os avanços dos alunos, não para mensurá-los e classificá-los, mas para traçar estratégias significativas e direcionar o seguimento das ações educativas.

Palavras-chave: Avaliação externa, qualidade de ensino, prática pedagógica.

Introdução

Este trabalho objetiva analisar de que maneira estão ocorrendo as avaliações externas em uma escola estadual do município de Maceió, e como estas tem influenciado as práticas educacionais na sala de aula e na escola como um todo. Sabe-se que as avaliações externas já estão consolidadas no nosso Sistema Educacional Brasileiro, acontecendo sistematicamente em nível nacional, municipal e estadual, interferindo na organização do trabalho pedagógico escolar.

Conforme os documentos oficiais (Plano de desenvolvimento da Educação/Saeb-2011; e Rede Nacional de Avaliação da Educação Básica – 2005), as avaliações externas, também conhecidas como avaliações em larga escala, são uma avaliação diagnóstica que em linhas gerais têm o propósito de verificar e identificar as aprendizagens, as habilidades e as competências dos alunos em determinadas áreas do conhecimento, como os conteúdos das Matrizes de Referência de Língua Portuguesa e de Matemática. Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação – SAEB (2011), a Matriz de Referência é o referencial curricular do que será avaliado em cada disciplina e série, informando as competências e habilidades esperadas dos alunos. Além disso, afirma-se que as mesmas foram desenvolvidas para indicar a qualidade do ensino que está sendo ofertado e promovido pelo Sistema Educacional Brasileiro. Dessa maneira, busca-se apontar e caracterizar os efeitos dessas avaliações nos anos iniciais da Educação Básica de Maceió.

Embora o discurso oficial defenda que as avaliações que foram criadas exatamente para mensurar a capacidade cognitiva dos alunos, de indicar a qualidade do ensino que está sendo praticado nas escolas em determinadas áreas do conhecimento, de quantificar e capitalizar os resultados e de se alcançar metas. Considerando a função social da escola, de garantir a socialização do arcabouço cultural ao conjunto da população, sendo um ambiente propício para o desenvolvimento dos sujeitos, é necessário discutir, debater e problematizar como as avaliações externas interferem na organização do trabalho pedagógico e no currículo da escola a partir de testes padronizados. Indagando sobre o investimento e a representatividade que o Estado tem depositado nas avaliações externas. Afinal, “a sala de aula e a escola não são uma linha de produção sobre a qual pode se cravar uma série de relógios que indicam se a produção está sendo feita segundo as metas ou se está havendo algum” desvio” (FREITAS, 2014, p. 1099).

Metodologia

Essa discussão desenvolveu-se a partir de um Trabalho de Conclusão de Curso que teve como problemática as avaliações externas, as informações contidas nesse trabalho, partiu de observações que foram registradas durante quatro meses em uma instituição escolar no município de Maceió, no qual se obteve dados relevantes sobre o cotidiano educativo a partir das práticas pedagógicas, no que se refere as avaliações internas e as avaliações externas. Com base nesse contexto, foram levantados estudos e documentos oficiais que dialogassem com os registros que foram realizados no ambiente escolar. Desse modo, o estudo valeu-se das seguintes fontes de

pesquisa: documental; bibliográfica e pesquisa de campo. Sobre essa temática foram consultados sites oficiais do Governo Federal como: MEC, INEP e o Senado Federal e examinou-se os seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento da Educação (MEC, 2011); Rede Nacional de Avaliação da Educação Básica (INEP, 2005); Plano Nacional de Educação (Senado Federal, 2014). Para o levantamento bibliográfico foi consultado trabalhos que se aproximassem dessa temática, propriamente as avaliações externas. Nesse sentido, foram explorados livros e bancos de pesquisas como: Scielo e Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que resultou: Freitas (2014, 1995), Fernandes e Freitas (2007) Boas e Dias (2015), Neto e Aquino (2009), Saviani (2012, 1995), Szatkoki (2014).

Resultados e Discussão

Discutir o papel social da escola é fundamental para compreendermos a importância cultural, social e cognitiva que ela representa e reflete na vida dos sujeitos, a escola como um lugar de conhecimento sistematizado não deve servir tão somente para escolarizar ou instrumentalizar a sociedade, ela deve servir antes de tudo para ampliar, valorizar e para transformar o homem.

Para Saviani (2012), a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos e é ao mesmo tempo uma exigência para o processo de trabalho. Entretanto, o trabalho a qual se refere é aquele não material que é representado pela produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades. Ou seja, é aquele trabalho que não se separa ou se desliga do homem, mas torna-se uma propriedade de quem produz e de que consome. Isto é, a educação a qual se menciona é aquela que nos permite produzir e propor formas adequadas de construir conhecimentos sempre de forma intencional. “A escola existe, pois para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (Ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2012, p.15).

Nesse sentido, pensar em avaliação significa assumir uma posição não de quantificar resultados, mas de refletir sobre eles. É o que destaca a avaliação formativa, que como nome já indica é um processo contínuo que possibilita o acompanhamento e o desenvolvimento do sujeito. Nessa perspectiva, a avaliação é uma construção de conhecimentos, de aprendizagens que oportuniza o professor (a) a registrar e conduzir o processo educativo adequadamente para a aquisição do saber e da cultura dos seus alunos. “A avaliação tem como foco fornecer informações

acerca de aprendizagem e, portanto, não pode ser realizada apenas ao final do processo sob pena de perder seu propósito” (FERNANDES; FREITAS, 2007, p.21).

De acordo com Fernandes e Freitas (2007), a avaliação formativa é um instrumento de acompanhamento, ou seja, tem a finalidade de observar e registrar as dificuldades e os avanços dos estudantes, além disso é um processo que proporciona uma reflexão acerca das práticas educacionais que estão sendo desenvolvidas no interior da sala de aula. Portanto, a avaliação a partir dessa concepção deve ser caracterizada como um processo educacional que entende a educação como um meio de adquirir conhecimento, porém não é qualquer conhecimento, mas um saber sistematizado. De acordo com Fernandes e Freitas:

A avaliação formativa é aquela em que o professor está atento aos processos e às aprendizagens de seus estudantes. O professor não avalia com o propósito de dar uma nota, pois dentro de uma lógica formativa, a nota é uma decorrência do processo e não o seu último fim. O professor entende que avaliação é essencial para dar prosseguimento aos percursos de aprendizagem (FERNANDES; FREITAS. 2007, p. 22).

A instituição de ensino observada, que foi citada nas primeiras linhas desse artigo, é uma escola estadual, situada em uma região periférica de Maceió com o ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Com alunos entre 6 à 12 anos de idade a mesma encontra-se em um processo educacional marcado e limitado por avaliações externas. Sim limitada. Limitada no sentido de reunir forças para adequar meramente os conhecimentos dos alunos a questões associadas a Língua Portuguesa e Matemática. De acordo com Freitas:

A padronização e o controle atingem todas as categorias do processo didático. Além destes impactos na categoria da avaliação, existem impactos sequenciais nas outras categorias. Já antecipamos como ela afeta os conteúdos por meio de duas ações combinadas: impondo restrições à amplitude do conteúdo de uma disciplina a ser ensinada pelo professor (FREITAS, 2014, p.1099).

Participante do Programa Escola 10 do Governo Estadual de Alagoas, a escola desenvolve e potencializa mecanismos de “aprimorar” as aprendizagens e garantir um bom desempenho dos seus alunos nas avaliações externas Estaduais e Nacionais, como por exemplo: Prova Alagoas, Prova Brasil, e Avaliação Nacional de Alfabetização. O programa citado é chamado de um pacto pela educação com a finalidade de integrar as redes estadual e municipal, objetivando melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. A finalidade do programa é alfabetizar os alunos até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, construir e definir propostas e direitos às aprendizagens e garantir o desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental. É o que propõe a meta 5 do Plano Nacional de Educação de 25 de junho de 2014, que recomenda que todas as crianças, sejam alfabetizadas até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. Além disso, a estratégia 5.2 do PNE, destaca que o Estado deverá ainda:

Instituir instrumentos de Avaliação nacionais periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental (BRASIL, 2014).

De acordo com MEC (2017), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi criado em 1990, tendo como finalidade promover a cultura das avaliações externas, ou seja, proporcionar mecanismos para avaliar a qualidade da educação que está sendo proposta nas escolas públicas do país. Coordenado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira, os resultados dessas avaliações deverão servir para adotar políticas públicas que favoreçam mudanças significativas no sistema escolar brasileiro. Entretanto, é importante destacar que as avaliações citadas seguem Matrizes de Referências de determinados conhecimentos praticados em sala de aula, o que torna de certa forma, a organização do trabalho pedagógico e o processo para indicar a qualidade da Educação Básica fragmentada. “Esta cisão está claramente presente na organização curricular, mais concretamente na compartimentalização dos conhecimentos e habilidades em matérias” (ENGUIITA, 1989 apud FREITAS, 1995, p. 105).

Situada no campo de impulsionar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a escola observada implementa e executa instrumentos avaliativos que de certa maneira, corroboram para preparar e alinhar as aprendizagens e os saberes dos alunos às práticas avaliativas internas e externas à escola, ou seja, provocam um treinamento com a intenção de adequar e ajustar os conhecimentos dos mesmos a práticas pedagógicas voltadas para a metodização dos conteúdos das matrizes de referências das avaliações externas.

Com o objetivo de conduzir a escola ao melhoramento do Ideb, a mesma desenvolve instrumentos avaliativos como simulados, que como o nome já indica, simula avaliações que os alunos deverão responder, isto é, modelos estereotipados que substituem as “provas” bimestrais, simulados que correspondem apenas a uma pequena parte do currículo que deveria ser desenvolvido nas séries escolares ou anos correspondentes. De acordo com Freitas:

As relações entre avaliações externas de larga escala e as avaliações formais internas à escola ocorrem em vários momentos, mas especialmente, no que conhecemos como “simulados” destinados a preparar para os testes e também na organização das provas internas regulares que acabam voltando-se para o mesmo objetivo (FREITAS, 2014, p.1095).

A partir dessa concepção de avaliação, entende-se que o processo educativo está engendrado em uma educação meritocrática e empresarial, ou seja, um ensino voltado para os mais competentes, aptos atingir as metas propostas pelo Estado e pela escola. Segundo Freitas (2014), as

oportunidades nessa perspectiva de escolarização só serão alcançadas pelos sujeitos a partir dos seus esforços pessoais, vale ainda destacar, que esse desempenho a qual se menciona depende das suas aptidões e habilidades. Desse modo, a escola ao idear a cultura da avaliação medida e quantificada, não só excluem os seus alunos, mas responsabiliza-os pelos seus “maus”, resultados obtidos. Dessa maneira, a escola revela-se em um espaço altamente classificatório e desigual, um ambiente propício para a manipulação e a inculcação de um projeto de educação baseado na formação da força de trabalho, que nada mais é do que um projeto da burguesia para se manter no poder.

Segundo Saviani (1995), a educação mensurada por meios de resultados quantificados, foi pensada para ser implementada em uma sociedade onde predomina a divisão do saber, ou seja, uma educação planejada para a sociedade atual brasileira. Onde os interesses das camadas populares encontra-se secundarizados e historicamente fragmentado. A partir desse prisma, entende-se que não há uma democratização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, mas um expressivo, desigual e autoritário mecanismo de suprimir e sonegar um direito fundamental do ser humano uma educação plural, sistematizada e planejada. De acordo com Freitas:

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o básico expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o domínio que é considerado adequado para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas a necessidade dos processos produtivos: leitura, matemática, e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e não o currículo prescrito, a base nacional comum, que definem o que considerado o básico (FREITAS, 2014, P. 1090).

Nesse sentido, a escola encarrega-se de qualificar e considerar uma formação fundamentada em exames e testes padronizados, permitindo uma precarização e um rebaixamento dos conhecimentos ofertados para as classes populares, o que impede de certo modo, uma formação integral e elege um conhecimento parcial das capacidades cognitivas, sociais e políticas dos sujeitos. “A pressão externa, sob o argumento do direito de aprender, impõe uma cultura escolar e define o ritmo de ensino do professor em sua sala marcado por avaliações locais preparatórias para as avaliações de larga escala” (FREITAS, 2014, p. 1100).

Entretanto, defendemos uma avaliação formativa, contínua e processual, uma educação apoiada no processo de ensino e aprendizagem. Uma avaliação, que conduza o professor a diagnosticar as dificuldades e os avanços dos alunos, não para mensurá-los e classificá-los, mas para traçar estratégias significativas e direcionar o seguimento das ações educativas. É nesse sentido, que advogamos por uma educação emancipatória, que permita o desenvolvimento do

sujeito crítico. A avaliação formativa, tendo como foco o processo de aprendizagem, numa perspectiva de interação e de diálogo, coloca também no estudante e não apenas no professor, a responsabilidade por seus avanços e necessidades (FREITAS, 2014, p.22).

Além de instrumentos avaliativos internos, a escola estudada também recebe a Prova Alagoas, um dos dispositivos do Estado para avaliar os conhecimentos cognitivos dos alunos dos 5º e 9º anos das redes estadual e municipal, sendo também uma das ações do Programa Escola 10. A Prova Alagoas, é composta por quarenta e quatro (44) questões de múltipla escolha dividida em dois blocos que abrange os conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática, os equivalentes as avaliações nacionais. A mesma tem como propósito indicar as habilidades e as competências dos alunos do ensino fundamental e a partir do desempenho dos mesmos deverão ser traçados métodos para adequação das aprendizagens e conseqüentemente preparando-os para a Prova Brasil e outras avaliações. De acordo com Freitas:

Essa função social seletiva, incorporada pela escola, faz com que ela seja vista como um local de preparação de recursos humanos para os vários postos de trabalho existentes na sociedade. Neste sentido, se não houver resistência, a escola traduz as desigualdades econômicas em desigualdades educacionais e, depois retraduz tais desigualdades educacionais em desigualdades econômicas (BOURDIEU E PASSERON, 1975 apud FREITAS, 1995, p. 96).

Com o objetivo de melhorar o Ideb das escolas o Governo do Estado de Alagoas em parceria com o Estado do Paraná distribuiu cerca de 150 mil módulos referentes a questões de Língua Portuguesa e Matemática do Programa Escola 10, Módulos com características de moldar os conhecimentos e as aprendizagens dos alunos, questões semelhantes a Prova Brasil.

Nesse sentido, pode-se caracterizar que há um rebaixamento do ensino, isto é, uma precarização dos conhecimentos que deveriam ser apropriados nos anos iniciais do ensino fundamental, uma divisão do saber. Desse modo, percebe-se, por meio dessa perspectiva educacional meritocrática, que sobrepõe o êxito nas avaliações externas ao desenvolvimento dos sujeitos, um esvaziamento do ensino, que tem sido pautado em uma educação fragmentada, seletiva, mecanizada e sem uma reflexão profunda e crítica acerca da problemática por parte da gestão da escola e dos professores. O que implica em uma educação rebaixada, empobrecida, restrita, cujo objetivo visa alcançar metas, como o Índice de desenvolvimento da Escola Básica, o que responde ao empresariado da educação. De acordo com Freitas:

O controle e a padronização dos conteúdos e métodos já podem ser observados e estão manifestos na intensificação dos processos de apostilamentos (Freitas apud Adrião et al, 2009) e pela contratação de empresas de consultoria a título de melhorar índices do Ideb, portanto em sintonia com a pressão exercida pelas avaliações externas (FREITAS, 2014, p. 1095).

Um exemplo desse processo de controle e padronização do trabalho pedagógico via avaliação externa pode ser observado na Prova Brasil. De acordo com Szatkoski:

A Prova Brasil apresenta uma Matriz de Referência que direta ou indiretamente faz com que os professores se subordinem e trabalhem com seus alunos os conteúdos estabelecidos por essa Matriz, sem a devida reflexão sobre os conteúdos propostos, os dados da avaliação e as características específicas de cada contexto escolar. Esse movimento desqualifica o trabalho do professor (SZATKOSKI, 2014, p.27).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação Básica (PDE) – SAEB (2011), o Ideb é um dos eixos do PDE, que permite realizar uma transparente prestação de contas para a sociedade de como está a educação em nossas escolas. Assim, a avaliação passa a ser a primeira ação concreta para se aderir às metas do compromisso e receber o apoio técnico/financeiro do MEC, para que a educação brasileira dê um salto de qualidade. Criado em 2007 pelo INEP, o Ideb tem como finalidade monitorar e medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Entretanto, a escola observada a partir das avaliações externas, tem se configurado em um campo de conhecimentos especializados, saberes específicos, procedimentos e concepções de educação que precarizam a organização global da escola, que rebaixa e fragmenta o currículo adotado por ela. A escola, sendo pressionada a legitimar as avaliações externas como tábua de salvação para melhorar o seu Ideb, secundariza as demais áreas do conhecimento, restringindo à formação ao que é exigido pelas avaliações em larga escala, ou seja, a formação cada vez mais precária da força de trabalho. De acordo com Boas e Dias:

Nenhuma avaliação externa à escola pode ser concebida como uma atividade neutra. Ao contrário, este nível de avaliação interfere diretamente nas relações de avaliação estabelecidas no interior da escola e da sala de aula. É necessário ficarmos atentos para um conjunto de ações mais amplas que são estabelecidas nesse cenário – como a formação de professores e a orientação curricular – e que redefinem também as demais categorias do processo didático que interagem com a avaliação (BOAS e DIAS, 2015, p.52).

Desse modo, a escola ao tentar melhorar o Ideb, por meio de simulados que substituem as “provas” bimestrais ao longo do ano letivo, proporciona e assume uma educação desigual e um processo formativo insuficiente que não dão conta e tampouco abarcam as disciplinas do currículo adotadas por ela. Não abrangem no sentido de não promoverem o acesso aos conhecimentos que deveriam ser praticados e experienciados no âmbito da comunidade escolar. Nessa perspectiva, a atuação do professor fica fragilizada, há uma alteração no cotidiano escolar e uma padronização das avaliações internas em favor das avaliações externas o que reduz, consideravelmente, o direito a outras formas de conhecimentos sistematizados historicamente pela humanidade. A partir do

momento que a escola coloca as avaliações externas em posição superior, subordinando a organização do trabalho pedagógico que deveria ser realizado por ela para possibilitar uma educação integral dos alunos, a mesma não cumpre o seu papel de constituir e consolidar saberes.

De acordo com Freitas:

Pressionado a garantir a aprendizagem em uma escola de tempo parcial e sem suporte adequado, o professor avança no tempo que deveria ser ocupado para ensinar outras disciplinas que não caem no exame, para poder dar conta daquelas que caem no exame. Sobrevém o estreitamento de disciplinas do currículo o que implica em sonegação de conhecimento que não entram no exame, em nome da garantia de aprendizagem do básico em português e matemática, que caem no exame. Neste quadro, o básico se define mais em função do que exclui do que daquilo que ele de fato contém. O direito de aprender se converte, quando bem-sucedido, em um direito de acessar o conhecimento básico das matrizes de referência de avaliação e, mesmo assim, em algumas disciplinas. A sonegação histórica do conhecimento às camadas populares, a despeito dos discursos, se impõe (FREITAS, 2014, p.1100).

Diante desse cenário educacional, os processos de avaliação da aprendizagem aqueles que deveriam levantar informações sobre as aprendizagens dos estudantes vão tornando-se em um recurso sem significados, sem representatividade na formação escolar. Isso porque, os conhecimentos que deveriam estar na construção do desenvolvimento do sujeito estão sendo negados em benefício de uma avaliação medida. Segundo Neto e Aquino (2009), a avaliação da aprendizagem é definida como um mecanismo de se obter informações acerca dos avanços e das dificuldades dos alunos, e com base nestas informações é que se pode contribuir para um planejamento de ações voltadas para o processo de aprendizagem do mesmo.

Portanto, a escola como um espaço de democratização dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, necessita cumprir sua função social de humanização e desenvolvimento dos sujeitos, sem distinção de classe. Isso significa transformar o homem no sentido de sua emancipação.

Considerações finais

Os estudos realizados demonstram que a escola observada vem perdendo de vista sua função primordial, ligada ao processo de humanização dos sujeitos. Nota-se uma apreensão acerca dos resultados e metas do Ideb, uma inquietude que faz a gestão alterar o planejamento global da escola, formulando mecanismos internos para avaliar o que os alunos sabem sobre as matrizes de referência das avaliações de larga escala. Mecanismos, que estão articulados com as disciplinas de Língua

portuguesa e Matemática, que prioriza e sistematiza um ensino padronizado, mediano e sem nenhuma reflexão, a finalidade é apenas quantificar resultados.

A partir do estudo, observa-se que as avaliações externas não só estão interferindo no cronograma escolar, mas na própria concepção de ensino. Afinal, ao formular mecanismos de avaliação apenas para o diagnóstico e a qualificação dos níveis de aprendizagens dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, a escola está certamente contribuindo para o rebaixamento e a precarização da formação escolar como um todo. A escola como um lugar de socialização do conhecimento não pode reduzir-se em função das avaliações pautadas em números. Números que refletem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, atingimentos de metas sem a superação das desigualdades educacionais.

Pode-se dizer que a melhoria da educação não é algo tranquilo, exige de todos os envolvidos nesse processo educacional o amadurecimento e a organização para estimular e articular a avaliação como algo natural, um método particular de conhecer os avanços e as dificuldades dos estudantes, um instrumento de acompanhamento das práticas pedagógicas que estão sendo realizadas no ambiente escolar.

Sendo assim, é preciso garantir que as avaliações externas não se sobreponha a autonomia da escola, ao currículo e a organização do trabalho pedagógico como um todo. Avaliar é apenas uma parte do processo formativo, o início do planejamento e (re)planejamento das práticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BOAS, B. F. V.; DIAS, E. T. Provinha Brasil e avaliação formativa: um diálogo possível? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 1/2015, p. 35-53. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 03 de nov. de 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2017. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 02 de out. de 2017. FERNANDES, C. O.; FREITAS, L. C. **Indagações sobre o Currículo: currículo a avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>>. Acesso em: 10 de out. de 2017.

FREITAS, L. C. de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papiros, 1995.

_____. Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas v.35, nº129, p. 1085-1114, out,

2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>>. Acesso em: 03 de out. de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Avaliação em Língua Portuguesa e Matemática na rede pública. Disponível em: Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/14405-governo-promove-avaliacao-em-lingua-portuguesa-e-matematica-na-rede-publica>>. Acesso em: 05 de out. de 2017.

_____. Escola 10. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br/projeto/item/1810-escola-10>>. Acesso em: 03 de out de 2017.

_____. Módulos do Programa escola 10. Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/17914-seduc-distribui-150-mil-modulos-do-escola-10-para-estudantes-do-ensino-fundamental>>. Acesso em: 03 de out. de 2017.

_____. Prova Alagoas. Disponível em: <<http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/14806-seduc-realiza-prova-alagoas-para-estudantes-do-ensino-fundamental-em-todo-o-estado>>. Acesso em: 04 de out. de 2017.

MEC. Plano de Desenvolvimento da Educação 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2017.

NETO, A. L. G; AQUINO, J. L. F. A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.02, p223-240, ago. 2009. Publicado em 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

INEP. Rede Nacional de Avaliação da Educação Básica 2005. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Rede+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica/7de1fa05-8c88-411b-88f0-5521fce60e06?version=1.3>>. Acesso em: 04 de out. de 2017.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. In: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p. 11-20.

_____. A teoria da Curvatura da vara. In: SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. p. 89.

SZATKOSKI, Luciane. **A Prova Brasil no cotidiano escolar**. Dissertação: (Mestrado em Educação: História Política e Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP. 2014. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/vufind/Search/Results?lookfor=A+prova+brasil+no+cotidiano+escolar&type=AllFields>>. Acesso em: 24 de maio de 2017.